

**Título Evento:** Debate sobre o regime de acesso ao Ensino Superior

**Tipo de Evento (Conferência/Seminário/Jornadas/etc.):** debate

**Organização do Evento:** Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

**Data:** 14 de Janeiro de 2009

**Local:** Conselho Nacional de Educação, Lisboa

**Participante(s):** Carla Patrocínio (NEP)

**Objectivo:**

Debater os dez anos do actual regime geral de acesso e ingresso no ensino superior, instituído pelo Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro.

**Resumo (principais conclusões):**

O debate contou com intervenções do Presidente da CNAES, do Presidente do Conselho Nacional de Educação, do Ministro Ciência e Tecnologia, do Director-Geral do Ensino Superior de Espanha, do Representante do CRUP, do Representante do CCISP, do Representante da APESP, do Representante da CONFAP e do Representante da Associação Exames Nacionais e Acesso ao Ensino Superior.

Destacam-se os seguintes contributos:

- Ministro Ciência e Tecnologia:
  - embora tenha existido uma flexibilização dos mecanismos de acesso ao Ensino Superior (CET, maiores 23, etc.), a maioria dos alunos ingressados no Ensino Superior ainda são os jovens no princípio da idade adulta, que terminaram o Ensino Secundário;
  - comparando Portugal com os restantes países da União Europeia constata-se que o nosso país tem um processo de selecção semelhante, o qual inclui provas de acesso nacionais; a grande diferença observada é que em alguns casos os resultados destas provas são a única classificação usada para a seriação;
  - existem algumas incongruências entre alguns regimes (para os quais a CNAES poderia propor uma solução), nomeadamente: supranumerários, regimes especiais, contingentes especiais; que podem causar uma injustiça relativa no acesso ao Ensino Superior;
  - escolha da provas de ingresso para acesso a um curso superior: neste campo existe uma grande dicotomia de opiniões, pois as escolas querem escolher os seus alunos e o mesmo curso tem, em escolas diferentes, conjuntos de provas de ingresso diferentes. É necessário avaliar as consequências de impor as mesmas provas de ingresso para todas as escolas, visto que tal interfere com a atractividade e consequente funcionamento dos cursos/instituições;
  - nos próximos anos é importante abordar outras questões, como por exemplo o acesso ao 2º ciclo: o governo foi, propositadamente, vago nas regras e condições de acesso, contudo, caso se continue a observar uma “balconização” (elevado peso dos estudantes da própria instituição) é necessário criar legislação mais restritiva; superar as dificuldades em aceitar o percurso dos estudantes noutras instituições/países e na via profissional;
- Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)
  - O CNE tem dado vários contributos para este tema, não só directamente sobre o assunto (parecer CNE 2/89 e várias recomendações), como de forma mais genérica (estudo diversidade ensino superior; ciclo de debates sobre o Ensino Superior em 2007);
  - é importante promover a equidade no acesso à educação superior (para mais informações consultar documento OCDE subordinado ao tema 10 passos para a equidade);
  - a oferta de Ensino Superior em Portugal evoluiu de uma forma não estratégica (cresceu “ao sabor das pressões”);
  - Deveria apostar-se no desenvolvimento de um trabalho aprofundado sobre a diversidade de oferta e procura do Ensino Superior e dos vários sistemas de acesso;
- Presidente do CRUP
  - existe alguma fragilidade do sistema de Ensino Superior por falta de regulação e clarificação nos seguintes temas: dicotomia universidade/politécnico; designações

- cursos (+ de 1800, alguns verdadeiros “disparates”; deveria ter-se aproveitado Bolonha para regular a oferta); relação entre a designação do curso e a formação nuclear (a actual oferta é confusa e pouco coerente, não sendo perceptivo o “produto final”);
- o facto de cada escola escolher as regras de ingresso provoca uma concorrência desqualificada (e.g. : engenharia que não exigem provas de ingresso de Matemática);
  - Director-Geral do Ensino Superior de Espanha
    - actualmente em curso estratégia “universidad 2015”, que envolve, conjuntamente, as universidades e outros agentes académicos e sociais, com o objectivo de fortalecer a cadeia de valor do conhecimento, actualizar a missão fundamental da universidade e mudar o modelo de ligação à sociedade.
    - em Novembro de 2008 foi publicada a regulação do acesso ao Ensino Superior Universitário Público, que passa a ter a seguinte formula de acesso:  $0.6 \text{ “nota secundário”} + 0.4 * \text{prova nacional genérica} + 0.2 * \text{prova(s) específica(s) estipulada pelas universidades (opcional, para cursos onde existe maior competitividade e só serve para majorar a nota)}$ ;
    - o processo de candidatura é semelhante ao português, na medida em que o aluno faz uma única candidatura (centralmente) e depois é seriado nos vários pares estabelecimento/curso de acordo com os critérios exigidos;
    - em termos de implementação de Bolonha, Espanha adoptou um 1º grau de 4 anos/20 ECTS;
  - Representante do CCISP
    - sugestões: realizar um estudo comparativo entre alunos seleccionados pela escola (experiência piloto com 20% ingressos) e pelo processo normal; antecipar a publicação dos resultados do CNA, para otimizar a gestão do ano escolar;
  - Representante da APESP
    - a nível europeu existe uma elevada panóplia de sistemas de acesso ao Ensino Superior , nos quais, com algumas excepções, se verifica que as escolas escolhem os seus alunos e que pode ser uma vantagem;
    - também a nível europeu se observam vários sistemas de apoio a alunos excelentes e promissores, onde o nível de rendimentos não é um objector de prosseguimento de carreira académica;
  - Representante da CONFAP
    - esta apresentação reflectiu a perspectiva dos pais no acesso ao Ensino Superior, em particular, a falta de articulação entre os dois níveis de ensino (secundário e superior) e a subida exagerada das notas de ingresso e no impacto que estes factores têm no estudantes (escolas paralelas; diferenças nos níveis de rendimentos e formas de ultrapassar os problemas);
  - Representante da Associação Exames Nacionais e Acesso ao Ensino Superior
    - vantagens do actual sistema de acesso ao ensino superior: critério nacional, provas de ingressos e objectividade da forma de ingresso;
    - situações injustas: arredondamentos da classificação do ensino secundário; regimes e contingentes especiais de acesso ao ensino superior;
  - Secretário Estado do da Educação (não previsto no programa)
    - preocupação do acesso ao ensino superior do ponto de vista do Secundário (matérias secundário/superior);
    - reforma do Ensino Secundário: diminuição leque de disciplinas sujeitas a exames nacionais; multiplicidade de perfis do secundário, sendo que o perfil de seguimento de estudos já não corresponde à maioria dos alunos (metade dos alunos inscritos no ensino secundário no 10º ano neste estão em cursos profissionais).

**Mais informações** (endereços internet/endereço ficheiros PDF na pasta do servidor, programa, etc):